

LILIANA MINARDI PAESANI



DIREITO DE INFORMÁTICA

Comercialização e Desenvolvimento
Internacional do *software*

6ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2007

Sumário

Prefácio, ix

Nota à sexta edição, xi

Nota à quinta edição, xiii

Nota da Autora, xv

Introdução, 1

1 Síntese histórica, 5

2 Informática como disciplina jurídica – Tratamento internacional, 8

2.1 Revolução informática: desmaterialização, 8

2.1.1 Informática e telemática, 9

2.2 Informação como bem jurídico, 10

2.3 Noções e natureza jurídica de *hardware*, *software* e sistema informático, 10

2.3.1 *Hardware*, 11

2.3.2 *Software*, 11

2.3.3 Sistema informático, 13

3 Aspectos polêmicos do direito de informática, 14

3.1 Prova na informática, 14

3.1.1 Evolução da prova informática no direito brasileiro, 15

- 3.2 Circulação internacional de informações (FDT), 17
 - 3.2.1 Proteção jurídica ao fluxo de dados transfronteiras (FDT), 19
 - 3.2.2 Princípios gerais revelados pela Unesco e OMPI em 1980, 19
 - 3.2.3 Liberdade informática, 20
- 4 Informática no direito comparado, 21**
 - 4.1 Experiência norte-americana, 21
 - 4.2 Política da comunidade europeia em matéria de informática, 22
 - 4.3 Setor de informática no Mercosul, 24
 - 4.3.1 Soluções de controvérsias: Protocolo de Olivos de 2002, 25
 - 4.4 Adesão do Brasil à Organização Mundial do Comércio (OMC) e à Lei de Propriedade Intelectual, 26
- 5 Regulamentação jurídica da informática no Brasil e sua evolução, 28**
 - 5.1 Análise da Lei nº 7.232, de 29-10-1984, 28
 - 5.1.1 Art. 12: conceito de empresa nacional, 29
 - 5.1.2 Art. 23: garantia de proteção ao consumidor, 30
 - 5.2 Considerações gerais, 31
 - 5.3 *Joint-ventures* e transferência de tecnologia, 32
 - 5.3.1 Resolução nº 22/91, 32
 - 5.3.2 Atos normativos nºs 15/75, 60/78, 55/81, 56/81, 64/83, 81/86, 93/88, 33
 - 5.3.3 Resolução CONIN nº 19/90, 33
 - 5.4 Lei de Informática (Lei nº 8.248, de 23-10-1991), 33
 - 5.4.1 Divergência sobre a interpretação da lei, 34
 - 5.4.2 A Política de Informática e a Lei nº 10.176/01, 35
 - 5.4.3 Prorrogação dos benefícios da Lei de Informática até 2019 e considerações finais, 36
- 6 Proteção jurídica do *software* no direito comparado, 38**
 - 6.1 Introdução, 38
 - 6.2 Proteção pelo sistema de patentes, 39
 - 6.3 Proteção pelo direito de autor, 41
 - 6.4 Formas variadas de proteção, 44
- 7 Proteção jurídica do *software* nos tratados e convenções internacionais, 45**
 - 7.1 Tratados internacionais: convenção de Paris e convenção de Berna, 45
 - 7.2 Entidades internacionais: OMPI e Universal Copyright Convention (UCC), 47
 - 7.3 Aprovação das disposições-tipo em 1977, 48
 - 7.4 Proposta de um tratado internacional para a proteção dos programas de computador, 50
 - 7.5 Evolução da proteção jurídica do *software* no Brasil, 51
 - 7.5.1 Interpretação da Lei nº 7.646/87, 52

| | |
|----------------|---|
| 7.6 | Projeto de Lei nº 997/91 e substitutivo, 52 |
| 7.6.1 | Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, 53 |
| 7.6.2 | Questões controvertidas dentro da Lei do <i>Software</i> , 54 |
| 7.6.3 | Considerações gerais sobre o <i>software</i> nacional, 57 |
| 7.6.4 | Inovações no setor de <i>software</i> . <i>Software</i> livre, 58 |
| 8 | Proteção jurídica do <i>software</i> no Mercosul, 60 |
| 8.1 | Disposições para a elaboração de um acordo final sobre direito de autor aplicado ao <i>software</i> e aos serviços informáticos, 60 |
| 8.2 | Proteção jurídica do <i>software</i> no Mercosul: estipulações principais, 62 |
| 8.3 | Distribuição do <i>software</i> no Mercosul, 63 |
| 8.3.1 | Brasil, 63 |
| 8.3.2 | Argentina, 64 |
| 8.3.3 | Paraguai e Uruguai, 64 |
| 8.4 | Proposta OMPI – WIPO, 65 |
| 8.5 | Soluções de controvérsias no âmbito do Mercosul, 67 |
| 9 | Violação da propriedade intelectual do <i>software</i>, 69 |
| 9.1 | Pirataria, 69 |
| 9.2 | Pirataria via Internet, 71 |
| 10 | Limites de proteção ao <i>software</i> e sua tributação, 74 |
| 10.1 | Lei de direito de autor, 74 |
| 10.2 | Lei penal, 75 |
| 10.3 | Tributação do <i>software</i> , 75 |
| 11 | Relações de consumo nos contratos de informática, 77 |
| 11.1 | Introdução, 77 |
| 11.2 | Dos contratos, 78 |
| 11.3 | Relações de consumo nos contratos de informática no Brasil, 79 |
| 11.4 | Desenvolvimento contratual e proteção do consumidor nos demais países, 82 |
| 12 | Complexidade da proteção jurídica do sistema informático, 85 |
| <i>Anexo 1</i> | <i>Disposições da OMPI, 88</i> |
| <i>Anexo 2</i> | <i>Lei nº 9.609, de 19-2-1998, 92</i> |
| <i>Anexo 3</i> | <i>Proposta de acordo visando à harmonização de leis em matéria de direitos de autor e direitos conexos entre os países integrantes do Mercosul, 97</i> |
| <i>Anexo 4</i> | <i>Jurisprudência, 104</i> |
| | <i>Bibliografia, 115</i> |